



**Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior
Auditoria Interna**

Gestão de Riscos

AUXPE - Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa

Brasília-DF

Dezembro/2024

Sumário

1.	Introdução	3
2.	Noções básicas	3
3.	Gestão de Riscos na Capes	4
4.	Resultados dos exames.....	5
5.	Etapas para a construção da MRC	7
6.	Resultados da MRC do AUXPE	10
7.	Próximos passos (pós-consultoria)	14

1. Introdução

Trata-se de consultoria que teve como objetivo contribuir no processo de mapeamento dos riscos e controles relacionados ao Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa (AUXPE), mediante a elaboração de uma Matriz de Riscos e Controle (MRC). Como objeto específico procurou-se revisar e atualizar os macroprocessos do AUXPE, de modo a subsidiar o mapeamento dos riscos e controles.

Este relatório apresenta o resultado da segunda etapa da consultoria sobre o AUXPE (2024-AC02 do [PAINT 2024](#)). Na primeira etapa, foram revisados e atualizados os macroprocessos desse auxílio ([produto 1](#) e [página da Capes](#)). Nesta segunda etapa, foram mapeados os riscos e os controles pertinentes ao AUXPE, mediante o trabalho conjunto da Auditoria Interna da Capes (AUD) com a Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB) e a Diretoria de Gestão (DGES).

Ambas as etapas, assim como a integralidade do trabalho, visam colaborar no atendimento à Recomendação 2 da CGU constante no Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201604639 (SEI nº [1317162](#)), direcionada à DGES, DEB, DED, DPB, DRI e DAV. A Recomendação trata do mapeamento do macroprocesso; da identificação e mensuração dos riscos e dos efeitos potenciais; e da implementação de medidas de controle do AUXPE. Além disso, o trabalho fornecerá subsídios ao grupo responsável pela atualização da [Portaria nº 59/2013](#) (Processo SEI nº [23038.018944/2020-63](#)).

Neste documento são elencados: noções básicas e um breve histórico da gestão de riscos na Capes; a motivação e os principais objetivos desta consultoria; a metodologia desenvolvida para a construção da Matriz de Riscos de Controles (MRC); os principais resultados obtidos; os passos seguintes; e o apêndice referente à MRC.

2. Noções básicas

De acordo com a [IN CGU nº 3/2017](#), **risco** é definido como a “possibilidade de ocorrer um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos da Unidade Auditada”, sendo normalmente “medido em termos de **impacto** e **probabilidade**”.

Ainda segundo esse normativo, o processo de **gerenciamento de riscos** “é uma responsabilidade da alta administração e do conselho”, alcançando toda a organização na identificação, análise, avaliação, administração e controle desse potencial evento.

O gerenciamento de riscos depende da aplicação adequada de **controles internos**, que abrangem um “conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada” ([IN CGU nº 8/2017](#)).

Tais controles internos demarcam os **riscos**, separando-os em **riscos inerentes** (sem qualquer ação gerencial) e em **riscos residuais** (após a implementação de ações para o tratamento daqueles riscos).

3. Gestão de Riscos na Capes

A [IN CGU nº 01/2016](#) determinou que os órgãos públicos federais instituíssem políticas de gestão de riscos, representando um marco regulatório sobre a gestão de riscos e controles internos. Nessa toada, a Capes dispôs a sua política interna, por meio da [Portaria GAB nº 37/2018](#), revogada pela [Portaria GAB nº 301/2022](#).

Este normativo estabelece que a operacionalização da gestão de riscos deve ser descrita na Metodologia de Gestão de Riscos da Capes, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas:

- I - escopo, contexto e critério;
- II - identificação de risco;
- III - análise de riscos;
- IV - avaliação de riscos;
- V - tratamento de riscos;
- VI - registro e relato;
- VII - comunicação e consulta; e
- VIII - monitoramento e análise crítica.

A referida metodologia está em fase de elaboração e contou com o apoio e a facilitação da AUD/Capes, na ação de consultoria 2024-AC01 do [PAINT 2024](#). Atendendo a exigência mencionada, o produto 1 dessa auditoria (SEI nº [2317431](#)) sugeriu o seguinte processo:

Figura 1 - Processo de Gestão de Riscos da Capes



Fonte: Elaboração AUD/Capes.

A consultoria sobre o AUXPE esteve alinhada com esse processo de Gestão de Riscos, sendo que o escopo da consultoria se concentrou entre as etapas 1 e 4 da figura acima, cabendo as demais etapas às unidades da Capes.

4. Resultados dos exames

A Recomendação 2 da CGU, do Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201604639 (SEI nº [1317162](#)), direcionada à DGES, DEB, DED, DPB, DRI e DAV, foi no sentido de:

Concluir, em 150 dias, o **mapeamento do macroprocesso**, com o estabelecimento de pontos críticos e instituir a Política de Gestão de Riscos do AUXPE, com a **identificação e mensuração dos riscos, seus efeitos potenciais** – gerais e específicos de cada diretoria – e **adoção de medidas de controles pertinentes quando os riscos não forem considerados aceitáveis**.

A fim de colaborar com esse atendimento, a consultoria sobre o AUXPE (2024-AC02 do [PAINT 2024](#)), estabeleceu 3 objetivos específicos:

1. Revisar e atualizar os macroprocessos do auxílio, resultando em fluxos atualizados (produto 1), e disponibilizados na página da Capes - <https://intranet.capes.gov.br/auxpe/index.html#list>;
2. Facilitar o processo de mapeamento dos riscos e controles relacionados ao auxílio, com a elaboração da Matriz de Riscos e Controle (MRC) como produto 2;
3. Melhorar os processos e procedimentos internos relativamente à concessão do auxílio, com base nos resultados dos produtos (produtos 1 e 2).

O produto 1 da consultoria do AUXPE correspondeu à revisão e ao mapeamento dos fluxos dos processos desse auxílio, desde as etapas preliminares, passando pela formalização, pagamento e execução dele junto à DPB, até a etapa final de prestação de contas, no âmbito da DGES. Esse produto norteou a fase seguinte da consultoria, quanto ao mapeamento dos riscos e dos controles, por meio da construção conjunta (AUD, DPB e DGES) da Matriz de Riscos de Controles (MRC) (produto 2). Ambos os produtos visam melhorar os processos e procedimentos internos do AUXPE.

As diretorias finalísticas que não tiveram o fluxo redesenhado devem se inspirar na revisão elaborada, adaptando-a às especificidades de cada setor. De modo a atender integralmente a recomendação 2 da CGU e, a partir do produto 2 desta consultoria, as diretorias devem estabelecer **medidas de controles** e as alinhar ao **apetite ao risco institucional** (“nível de risco que uma organização está disposta a aceitar” - [IN CGU nº 8/2017](#)).

Considerando a recomendação da CGU, a consultoria e as próximas ações, tem-se a seguinte síntese:

Quadro 1 – Recomendação da CGU e consultoria do AUXPE

Recomendação CGU	Consultoria AUXPE
Concluir, em 150 dias, o mapeamento do macroprocesso, com o estabelecimento de pontos críticos	Revisar e atualizar os macroprocessos do auxílio (produto 1)
Instituir a Política de Gestão de Riscos do AUXPE, com a identificação e mensuração dos riscos, seus efeitos potenciais – gerais e específicos de cada diretoria	Facilitar o processo de mapeamento dos riscos e controles relacionados ao auxílio (MRC, produto 2), com foco na DPB e na DGES (prestação de contas)
Adotar medidas de controles pertinentes quando os riscos não forem considerados aceitáveis.	

Fonte: Elaboração AUD/Capes.

5. Etapas para a construção da MRC

A **Matriz de Riscos e Controles** (MRC) é uma das possíveis técnicas para auxiliar na identificação, análise e avaliação de riscos, bem como na avaliação dos controles internos existentes e em outras respostas a riscos ([Referencial básico de Gestão de Riscos do TCU](#), 2018, p. 152).

A partir do conteúdo do curso Planejamento Individual de Auditoria Baseado em Riscos (CGU, 2021) e da experiência do trabalho piloto sobre gestão de riscos e controles com a DGES (SEI nº 1536004 e 1563022), foram seguidos 9 passos para a construção da MRC do AUXPE:

Quadro 2 – Passos para a construção da MRC do AUXPE

Nº	Passos
1º	Identificação do objeto
2º	Identificação das atividades relevantes e de seus documentos produtos (se houver)
3º	Identificação dos objetivos das atividades relevantes e de seus responsáveis
4º	Lista dos eventos de risco
5º	Estabelecimento das causas e consequências
6º	Identificação dos controles existentes
7º	Estabelecimento da probabilidade e do impacto de cada risco
8º	Avaliação dos controles existentes
9º	Construção da Matriz de Risco (de acordo com o risco residual)

Fonte: Elaboração AUD/Capes.

Considerando os fluxos revisados (produto 1), a AUD iniciou o levantamento dos itens do 1º ao 5º passo. Essas informações preliminares, bem como o Questionário de Avaliação de Controles Internos (QACI) (6º passo), foram encaminhados à DPB e à DGES para as devidas considerações.

Após o *feedback* das duas diretorias, a MRC foi adaptada pela AUD. Posteriormente, em encontros online e presenciais com membros dessas diretorias, foram preenchidos os passos 7º (estabelecimento da probabilidade e do impacto) e 8º (avaliação do conjunto de controles existentes), considerando como referência as seguintes escalas:

Quadro 3 – Escala de probabilidade

Níveis	Probabilidade	Descrição
1	Muito baixa	Improvável. O evento poderá ocorrer em situações excepcionais, mas não há histórico disponível de sua ocorrência ou são raros os casos práticos onde se percebe a ocorrência deste tipo de evento.
		Chance de acontecer ou frequência observada menor que 10%
2	Baixa	Pouco provável. O evento poderá ocorrer de forma inesperada ou casual, pois o histórico conhecido aponta para baixa frequência de ocorrência deste tipo de evento.
		Chance de acontecer ou frequência observada entre 10 e 30%
3	Média	Possível. O evento pode ocorrer em algum momento, pois o histórico de ocorrência conhecido indica moderadamente essa possibilidade.
		Chance de acontecer ou frequência observada entre 30 e 60%
4	Alta	Provável. O evento é esperado, provavelmente ocorrerá na maioria das circunstâncias, pois o histórico conhecido indica fortemente essa possibilidade.
		Chance de acontecer ou frequência observada entre 60 e 80%
5	Muito alta	Praticamente certa. O evento é frequente, ocorre repetidamente, seu histórico indica claramente essa possibilidade.
		Chance de acontecer ou frequência observada entre 80 e 100%

Fonte: Elaboração AUD/Capes.

Quadro 4 – Escala de impacto

Níveis	Impacto	Descrição
1	Muito baixo	Impacto mínimo. Não altera o alcance dos objetivos do objeto ou a alteração é insignificante.
2	Baixo	Impacto pequeno. Comprometem muito pouco o alcance dos objetivos do objeto, é de fácil reparação/recuperação.
3	Médio	Impacto moderado. Compromete razoavelmente o alcance dos objetivos, porém é possível a reparação/recuperação.
4	Alto	Impacto significativo. Compromete a maior parte do atingimento dos objetivos do objeto, de difícil reparação/recuperação.
5	Muito Alto	Impacto catastrófico. Compromete totalmente ou quase totalmente de forma irreversível os objetivos do objeto, sem possibilidade de reparação.

Fonte: Elaboração AUD/Capes.

Quadro 5 – Escala de avaliação dos controles

Avaliação	Descrição	Fator de avaliação
Inexistente	Controles inexistentes, mal implementados ou mal desenhados. Não funcionam para mitigar o risco.	1
Fraco	Existem controles, mas não são sistematizados, são aplicados caso a caso e dependem da confiança no conhecimento de outras pessoas. Mitigam minimamente os riscos.	0,8
Mediano	Existem controles, mas não contemplam todos os aspectos relevantes, pois há deficiência no desenho do controle e/ou nas ferramentas utilizadas. Mitigam parcialmente o risco.	0,6
Satisfatório	Existem controles, são implementados sistematicamente, possuem um bom desenho e/ou ferramenta, mas ainda são passíveis de aperfeiçoamento. Mitigam de forma satisfatória os riscos.	0,4
Forte	Existem controles consolidados, tratam todos os aspectos relevantes do risco. Mitigam o máximo possível do risco.	0,2

Fonte: Elaboração AUD/Capes.

Quadro 6 - Matriz de Riscos/ Matriz de Calor

Matriz de Riscos/Matriz de Calor						
		PROBABILIDADE				
		1	2	3	4	5
IMPACTO	5	5	10	15	20	Extremo
	4	4	8	12	16	20
	3	3	6	9	Alto	15
	2	2	4	Médio	6	8
	1	1	Baixo	2	3	4

Notação: Matriz de cálculo de risco, sendo: Crítico/ Extremo (de 13 a 25); Alto (de 7 a 12,99); Médio/ Moderado (de 4 a 6,99); Baixo/ Pequeno (de 1 a 3,99).

Fonte: Elaboração AUD/Capes (adaptação do Produto 2 da Consultoria 2024-AC01 do PAINT 2024 – SEI nº 2351332).

Importante notar que, a participação de agentes públicos que atuam diretamente com o AUXPE foi de extrema relevância para a construção dessa primeira versão da MRC, fornecendo percepções atuais e práticas em todo o macroprocesso, desde as etapas preliminares de formalização e análise técnica e de mérito das propostas, à formalização e pagamento, execução e finalização (com a prestação de contas). Por parte da DPB, contamos com a colaboração da assessora e dos coordenadores da Coordenação de Custoéio Institucional no País (CCIP/CGFIP); Coordenação de Fomento à Excelência na Pós-Graduação (CFEP/CGFIP); Coordenação de Fomento a Eixos Estratégicos

Nacionais (CFEN/CGFAE); e Coordenação de Fomento a Ações para Redução de Assimetrias (CFAR/CGFAE). Pela **DGES**, participaram do processo os coordenadores-gerais da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade (CGOFL) e da Coordenação-Geral de Prestação de Contas e Cobrança Administrativa (CGPCA), bem como os coordenadores da Coordenação de Orçamento e Finanças (COFI/CGOFL); Coordenação de Análise Técnica (CATE/CGPA); e Coordenação de Análise Financeira (CAFI/CGPA).

6. Resultados da MRC do AUXPE

O documento completo da MRC consta em anexo. A partir das atividades relevantes dessa MRC, destacamos os principais pontos, como o estabelecimento de **10 eventos de risco**:

- R1) Formalização inadequada da proposta;
- R2) Análise técnica e/ou de mérito parciais /enviesadas;
- R3) Formalização inadequada do repasse (SCBA);
- R4) Pagamento e/ou registro no Siprec inconsistente(s);
- R5) Alteração inadequada de beneficiário do auxílio;
- R6) Alteração indevida de valor ou vigência;
- R7) Monitoramento deficiente;
- R8) Análise técnica e/ou financeira inconsistente;
- R9) Diligência técnica e/ou financeira inconsistente;
- R10) Homologação inconsistente.

Dos 10 eventos de risco, o resultado de **riscos inerentes** (sem considerar os controles existentes), correspondeu a 2 riscos críticos/ extremos (R1 e R7), 2 riscos altos (R8 e R9), 4 riscos médios/ moderados (R2, R3, R6 e R10) e 2 riscos baixos/ pequenos (R4 e R5), conforme o cálculo probabilidade x impacto (do maior para o menor resultado); e a matriz de calor dos riscos inerentes, a seguir:

Riscos inerentes críticos/ extremos:

$$\text{R1) } 5 \text{ (Probabilidade muito alta)} \times 4 \text{ (Impacto alto)} = 20$$

$$\text{R7) } 5 \text{ (Probabilidade muito alta)} \times 4 \text{ (Impacto alto)} = 20$$

Riscos inerentes altos:

R8) 4 (Probabilidade alta) x 3 (Impacto médio) = 12

R9) 3 (Probabilidade média) x 3 (Impacto médio) = 9

Riscos inerentes médios/ moderados:

R2) 3 (Probabilidade média) x 2 (Impacto baixo) = 6

R3) 2 (Probabilidade baixa) x 3 (Impacto médio) = 6

R10) 2 (Probabilidade baixa) x 3 (Impacto médio) = 6

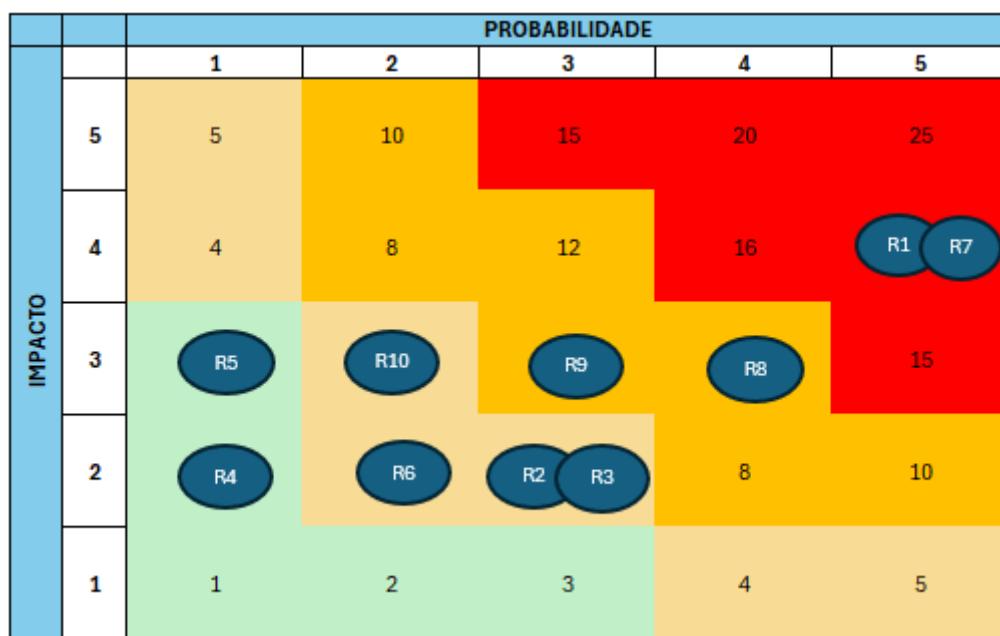
R6) 2 (Probabilidade baixa) x 2 (Impacto baixo) = 4

Riscos inerentes baixos/ pequenos:

R5) 1 (Probabilidade muito baixa) x 3 (Impacto médio) = 3

R4) 1 (Probabilidade muito baixa) x 2 (Impacto baixo) = 2

Quadro 7 – Disposição dos riscos inerentes na Matriz de Riscos/ Matriz de Calor



Notação: Matriz de cálculo de risco, sendo: Crítico/ Extremo (de 13 a 25); Alto (de 7 a 12,99); Médio/ Moderado (de 4 a 6,99); Baixo/ Pequeno (de 1 a 3,99).

Fonte: Elaboração AUD/Capes.

As **causas mais recorrentes** para a ocorrência de eventuais riscos foram: erros técnicos; interferências políticas, incluindo ausência de padronização na concessão do auxílio; problemas relacionados a sistemas (erro, falta de integração, arcaísmo); e falta de pessoal.

Como as causas estão relacionadas com a probabilidade (chance) de o evento de risco acontecer, interessa destacar aquelas que levaram à gradação muito alta (praticamente certa de acontecer) (R1 e R7): ausência de portaria e de manuais atualizados e claros; falta de transparência nas regras estabelecidas; desrespeito a legislações e normativos pertinentes; falta de embasamento/inobservância de estudos relacionados à política pública que se pretende alcançar; ausência de indicadores claros e mensuráveis estabelecidos; comunicação ineficaz entre os responsáveis pelo monitoramento e os executores do projeto; ausência de uma cultura organizacional que valorize o monitoramento e o acompanhamento contínuo.

Quanto às **consequências**, que indicam os possíveis impactos (magnitude) dos eventos de risco, foram citados: uso indevido ou destinação imprópria de recurso público; atraso/ inconsistência no andamento dos auxílios (pagamentos ou registros - Siprec) ou nas análises técnica/ de mérito; não atingimento/ inviabilidade de aprimoramento dos objetivos do programa da Capes; comprometimento da eficácia da ação e consequente prejuízo na consecução dos resultados almejados pela política pública; ações indevidas/ insuficientes na seleção de propostas, na prorrogação de vigência, na identificação de problemas e na correção de desvios; falta de responsabilização.

Após a consideração dos controles existentes, observou-se uma “melhora” geral do resultado, conforme o cálculo risco inerente x nota do controle; e a matriz de calor adaptada aos riscos residuais, a seguir:

Risco residual crítico/ extremo:

$$R7) 20 \text{ (Risco inerente crítico/ extremo)} \times 0,8 \text{ (Controle fraco)} = 16$$

Risco residual alto:

$$R1) 20 \text{ (Risco inerente crítico/ extremo)} \times 0,4 \text{ (Controle satisfatório)} = 8$$

Risco residual médio/ moderado:

R8) 12 (Risco inerente alto) x 0,4 (Controle satisfatório) = 4,8

Riscos residuais baixos/ pequenos:

R3) 6 (Risco inerente médio/ moderado) x 0,6 (Controle mediano) = 3,6

R9) 9 (Risco inerente alto) x 0,4 (Controle satisfatório) = 3,6

R6) 4 (Risco inerente médio/ moderado) x 0,8 (Controle fraco) = 3,2

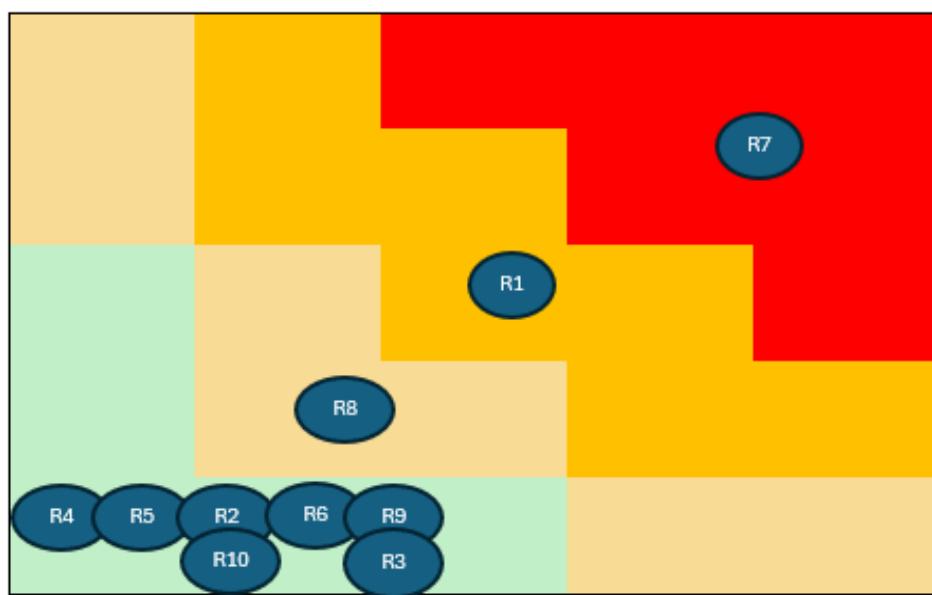
R2) 6 (Risco inerente médio/ moderado) x 0,4 (Controle satisfatório) = 2,4

R10) 6 (Risco inerente médio/ moderado) x 0,4 (Controle satisfatório) = 2,4

R5) 3 (Risco inerente baixo/ pequeno) x 0,4 (Controle satisfatório) = 1,2

R4) 2 (Risco inerente baixo/ pequeno) x 0,4 (Controle satisfatório) = 0,8

Quadro 8 – Riscos inerentes na Matriz de Riscos/ Matriz de Calor



Fonte: Elaboração AUD/Capes.

Todos os riscos inerentes altos (R8 e R9) e médios/moderados (R2, R3, R6, R10) migraram para riscos residuais baixos. Entre os riscos críticos/extremos, o R1 se tornou um risco residual alto. O R7 manteve-se como risco crítico/extremo devido ao conjunto de controles existente ser avaliado como fraco. Apesar de o conjunto de controles existentes do R6 também ter sido avaliado como fraco, não

prejudicou o resultado final, que até melhorou de um risco médio/moderado para um risco residual baixo/pequeno.

Nota-se que, do conjunto de 10 controles existentes, avaliados para os eventos de risco, 7 foram considerados satisfatórios (referentes ao R1, R2, R4, R5, R8, R9 e R10), ou seja, implementados sistematicamente, porém passíveis de aperfeiçoamento. Apenas 1 conjunto de controles foi avaliado como mediano (R3) e 2 como fracos (R6 e R7).

Considerando o resultado final dos riscos residuais, os controles implementados atualmente estão mitigando os riscos inerentes, com exceção dos controles atrelados ao monitoramento (R7), que foram classificados como fracos e não conseguiram alterar o resultado da avaliação do risco.

Durante os debates, algumas melhorias mencionadas aos controles foram destacadas, tais como: cálculo automático e no próprio sistema na atividade de alteração de valor ou vigência; e previsão de atualização da [Portaria nº 59/2013](#) e de seus manuais, em todas as atividades avaliadas. Para esta última melhoria, reforça-se a importância da continuidade do trabalho iniciado pelo Grupo de Trabalho instituído pela [Portaria GAB nº 205, de 22 de dezembro de 2020](#) e prorrogado pela [Portaria GAB nº 13, de 18 de janeiro de 2021](#), conforme processo SEI nº [23038.018944/2020-63](#).

7. Próximos passos (pós-consultoria)

As próximas ações extrapolam o escopo desta consultoria, mas podem contar com colaborações pontuais da AUD, caso necessário. As áreas finalísticas, embora não tenham participado diretamente deste trabalho (Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica; Diretoria de Educação a Distância; e Diretoria de Relações Internacionais), podem consultar e atualizar os fluxos desenvolvidos, adequando-os às suas necessidades específicas.

Outra iniciativa importante é o estabelecimento de um plano de ação para o tratamento dos riscos (medidas de controle), com base na Matriz de Riscos e Controles (MRC) elaborada, considerando estratégias de mitigação, aceite, transferência e evitação dos riscos, sempre alinhadas ao apetite ao risco institucional, definido como o "nível de risco que uma organização está disposta a aceitar" (IN CGU nº 8/2017). A definição desse apetite ao risco será realizada pelo Comitê Interno de Governança, conforme [Portaria GAB nº 301/2022](#).

Os produtos 1 e 2 desta consultoria serão encaminhados à/aos:

- 1) CGU para análise do atendimento à recomendação 2 (Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201604639 - SEI nº [1317162](#));
- 2) Coordenação-Geral de Governança e Planejamento (CGGOV), que está conduzindo a Política e a Metodologia de Gestão de Riscos e Controles Internos da CAPES;
- 3) Responsáveis pela retomada do trabalho de revisão da [Portaria nº 59/2013](#) - processo SEI nº [23038.018944/2020-63](#).

Por fim, cabe ressaltar que o processo de mapeamento dos riscos não é definitivo, pois os riscos devem ser monitorados e revisados periodicamente.

Apêndice - MRC detalhada

Macroprocesso	Cadeia de valor	1º passo		2º passo		3º passo		4º passo		5º passo		6º passo		7º passo		8º passo (DACH)		9º passo		10º passo	
		Processo	Atividade relevante	Documento produzido da atividade (se houver)	Objetivo da atividade	Responsável	Evento de risco (Atividade + Deficiente / Inadequada)	Causas (Ponte + Vulnerabilidade) (por causa/Devedor a)	Consequências (Que poderá levar/Com consequente)	Probabilidade (Chance)	Impacto (Magnitude)	Resultadão (Impacto e probabilidade)	Resultado Matrix Risco Inerente	Controles existentes	Avaliação dos controles	Note Controle	Resultado (multiplicação)	Risco residual	Id do Risco		
Finalístico	Desenvolver as diretrizes e estratégias prioritárias de indução à formação	Etapas preliminares	Formalização da proposta	Edital, ofício ou outro documento de chamada pública	Definir negras e claras e transparentes para a seleção de projetos que serão financiados (benéfícios, direcionamento, critérios de apoio, diretrizes, prazos e condições de aplicação e serem seguidos pelos proponentes); Publicar edital/ aviso oficial (seja continuado).	Diretoria responsável pelo programa	Formalização inadequada da proposta	Ausência de portaria e de mensais atualizados e claros; Erros Muitos; Falta de transparência nas regras estabelecidas;	Não atingimento dos objetivos do programa de Capes; Uso indevido de recursos públicos;	5 - Muito alta	4 - Alto	20	Risco Crítico/ Extreme	Ligações internas (portarias, ofícios e chamadas públicas); Orientações gerais (mensais, perguntas frequentes, passo a passo); SACs; Conferências na Plataforma Suscipic; Assinatura documental; SCAPES.	Satisfatório	0,4	8	Risco Alto	81		
	Implementar as ações de indução à formação		Análise técnica e de mérito	Relatório de Avaliação ou Parecer Técnico	Analisa imparcialmente os requisitos do beneficiário e das propostas/projetos, conforme critérios previamente definidos (sem favoritismo ou parcialização);	Diretoria responsável pelo programa	Análise técnica e/ou mérito parcial /enviesadas	Falta de diversidade ou representatividade no corpo de avaliadores; Interferências Políticas.	Projeto à qualidade e legitimidade da análise técnica e de mérito; Seleção de propostas inconsistentes.	3 - Média	2 - Baixo	6	Risco Médio/ Moderado	Orientações gerais (mensais, perguntas frequentes, passo a passo); SAP; Análise documental; de informações e atrelação às áreas de avaliação.	Satisfatório	0,4	2,4	Risco Baixo/ Pequeno	82		
De apoio	Gerenciar a execução orçamentária e financeira	Formalização e pagamento	Formalização do repasse (SCBA)	Processo SCBA	Formalizar o repasse dos recursos do programa, por meio da extensão do ALCPE.	Diretoria responsável pelo programa	Formalização inadequada do repasse (SCBA)	Erro técnico; beneficiário indevidos.	Uso indevido ou destinação inadequada de recursos.	2 - Baixa	3 - Médio	6	Risco Médio/ Moderado	Portaria nº 15/2013; Orientações gerais (mensais, perguntas frequentes, passo a passo); SCBA.	Médiano	0,6	3,6	Risco Baixo/ Pequeno	83		
De apoio	Gerenciar a execução orçamentária e financeira		Pagamento	Ordem bancária	Pagar o auxílio e registrar no Siprec.	DGES	Pagamento e/ou registro no Siprec inconsistente(s)	Erro Técnico na formalização do pagamento ou de dívidas bancárias ou de beneficiários incompletas. Erro no processamento automático do registro de pagamento no Siprec pelo SCBA.	Acesso ao pagamento do auxílio; Ausência/inconsistência de registro no Siprec.	1 - Muito Baixa	2 - Baixo	2	Risco Baixo/ Pequeno	Portaria nº 50/2013; Orientações gerais (mensais, perguntas frequentes, passo a passo); SACs; Convenção extrajudicial; Agência Socia.	Satisfatório	0,4	0,8	Risco Baixo/ Pequeno	84		
Finalístico	Implementar as ações de indução à formação	Execução	Alteração de beneficiário do auxílio	Anexo II	Proceder com as solicitações de mudança de beneficiário.	Diretoria responsável pelo programa	Alteração inadequada de beneficiário do auxílio	Erro Técnico.	Destinação inadequada de recursos públicos	1 - Muito baixa	3 - Médio	3	Risco Baixo/ Pequeno	Ofícios informando trica; Consulta à Plataforma Suscipic; Validação de informações de SCBA com a Plataforma Suscipic.	Satisfatório	0,4	1,2	Risco Baixo/ Pequeno	85		
Finalístico	Implementar as ações de indução à formação		Alteração de valor ou vigência	Anexo IV	Proceder com as solicitações de alteração de valor e de prorrogação de vigência.	Diretoria responsável pelo programa e DGES	Alteração indevida de valor ou vigência	Erro Técnico	Destinação inadequada (superior ou inferior) de recursos públicos; Prorrogação indevida ou exaurimento Prazo do projeto.	2 - Baixa	2 - Baixo	4	Risco Médio/ Moderado	Portaria nº 50/2013; SCBA; Ofícios informando trica; Consulta à Plataforma Suscipic; Conferências de Gru e de devedores.	Fracas	0,8	3,2	Risco Baixo/ Pequeno	86		
Finalístico	Avaliar os resultados e impactos das ações de indução à formação	Monitoramento	Relatório/Pareceres e extratos bancários	Acompanhar a execução dos projetos/ processos.	Diretoria responsável pelo programa	Monitoramento deficiente	Auxílio de portaria/ mensais atualizados e claros quanto às etapas de monitoramento; Falta de integração entre sistemas; Falta de documentação adequada para realizar o monitoramento;	Não atingimento/ possibilidade de atingimento dos objetivos do programa de Capes; Uso indevido de recursos públicos; Prorrogação indevida ou exaurimento Prazo do projeto; Projécto na identificação precoce de problemas, correção de desvios.	5 - Muito alta	4 - Alto	20	Risco Crítico/ Extreme	Não tratam sobre monitoramento (SCBA; Siprec; Documentos); Legilações internas (portarias, ofícios e chamadas públicas)	Fracas	0,8	16	Risco Crítico/ Extreme	87			
De apoio	Gerenciar a prestação de contas	Prestação de contas	Analise técnica e/ou financeira	Parecer técnico/financeiro de prestação de contas	Analisa temporaneamente as prestações de contas.	DGES	Analise técnica e/ou financeira inconsistente	Edital sem o mínimo de padronização, práticas de concessão e acompanhamento que mudam entre as diversas áreas e programas sem justificativa; Falta de integração entre sistemas;	Uso indevido de recursos; Falta de responsabilização; processo de análise demorado	4 - Alta	3 - Médio	12	Risco Alto	Legislações internas e internas (portarias, regulamentos, manuais e editais de Capes); Fluxo de tarefas; Registro padronizado das análises; Siprec; Processo manual de revisão das análises; Instrução processual pelas áreas de concessão;	Satisfatório	0,4	4,8	Risco Médio/ Moderado	88		
De apoio	Gerenciar a prestação de contas		Diligência técnica e/ou financeira	Parecer de diligência	Complementar ou esclarecer itens da prestação de contas enviada para análise.	DGES	Diligência técnica e/ou financeira inconsistente	Edital sem o mínimo de padronização, práticas de concessão e acompanhamento que mudam entre as diversas áreas e programas sem justificativa; Falta de integração entre sistemas;	Uso indevido de recursos; Falta de responsabilização; processo de análise demorado	3 - Média	3 - Médio	9	Risco Alto	Legislações internas e internas (portarias, regulamentos, manuais e editais de Capes); Fluxo de tarefas; Registro padronizado das análises; Siprec; Processo manual de revisão das análises; Instrução processual pelas áreas de concessão; Analise técnica e/ou financeira preliminar.	Satisfatório	0,4	3,6	Risco Baixo/ Pequeno	89		
De apoio	Gerenciar a prestação de contas		Homologação	Parecer de homologação	Aprovar ou reprovuar a prestação de contas analisada.	DGES	Homologação inconsistente	Edital sem o mínimo de padronização, práticas de concessão e acompanhamento que mudam entre as diversas áreas e programas sem justificativa; Falta de integração entre sistemas;	Uso indevido de recursos; Falta de responsabilização; processo de análise demorado	2 - Baixa	3 - Médio	6	Risco Médio/ Moderado	Legislações internas e internas (portarias, regulamentos, manuais e editais de Capes); Fluxo de tarefas; Registro padronizado das análises; Siprec; Processo manual de revisão das análises; Instrução processual pelas áreas de concessão;	Satisfatório	0,4	2,4	Risco Baixo/ Pequeno	90		